

À PROCURA DA ALMA DE PUTIN A RÚSSIA E AS ELEIÇÕES AMERICANAS

Vasco Rato

Após o seu primeiro encontro com Vladimir Putin, em Junho de 2001, George W. Bush, depois de «ver a alma» do Presidente russo, concluía que o seu homólogo era um interlocutor «confiável»¹. Putin, laconicamente, limitou-se a caracterizar os Estados Unidos como «um parceiro» do seu país. Meses mais tarde, no seguimento dos ataques de 11 de Setembro de 2001, Putin, ciente das vantagens que poderia colher junto do Presidente americano em resultado do combate que conduzia contra o «terrorismo tchetcheno», decidiu reforçar a cooperação com Washington através da partilha de *intelligence* e do fornecimento de armas à Aliança do Norte afegã. Não menos importante, anuiu perante o «estabelecimento temporário» de bases militares americanas nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Espelhando a colaboração evidenciada durante os primeiros meses da «guerra contra o terrorismo», a Estratégia de Segurança Nacional (ESN), publicada em Setembro de 2002, afiançava que a relação entre os Estados Unidos e a Rússia passara do «confronto à cooperação»².

A avaliação relativamente benigna do relacionamento russo-americano contida na ESN não era, porém, partilhada por Moscovo. Os acontecimentos que decorreram dos ataques da Al-Qaida a Nova York e Washington – particularmente a presença de bases militares americanas na Ásia Central – levaram grande parte do *establishment* de segurança nacional russo (os *siloviki*, a base do poder político de Putin) a concluir que Bush visava apertar o «cerco estratégico» que começou a ser preparado com a expansão da NATO para leste. Esta leitura dos objectivos americanos consolidar-se-ia durante os meses que antecederam a investida militar no Iraque. Com o intuito de quebrar o «cerco», Putin desenhou uma grande estratégia para pôr fim à hegemonia americana que, na óptica do Kremlin, relegara a Rússia para um segundo plano entre as grandes potências³.

Para se compreender a grande estratégia que hoje move Moscovo, é crucial perceber que, na óptica de Putin, o ressurgimento da Rússia passa obrigatoriamente pela limitação do poderio americano. Mais concretamente, o regresso do país ao clube das grandes potências passa pela quebra da hegemonia de Washington, particularmente

nos países do «estrangeiro próximo» que, nos anos que se seguiram ao colapso do poder soviético, afirmaram a sua autonomia face à política regional russa. Neste sentido, o enfraquecimento internacional dos Estados Unidos afigura-se como uma condição *sine qua non* para o ressurgimento da Rússia.

Nos Estados Unidos, o debate em volta da resposta a dar à emergência da Rússia gerou duas posições distintas. Em termos relativamente simplificados, um grupo acredita que a Rússia se transformou num adversário estratégico e, portanto, Washington terá de adoptar uma nova versão da «contenção» da Guerra Fria⁴. Em contraste, um segundo grupo insiste que, apesar de o Kremlin ser hoje mais assertivo do que no passado recente, a relação russo-americana terá de continuar a ser pautada pela cooperação, particularmente no tocante aos armamentos nucleares. A primeira visão encontrou expressão na candidatura presidencial de John McCain, a segunda sensibilidade foi defendida por Barack Obama. A resposta russa ao triunfo desta segunda sensibilidade não se fez esperar. No dia seguinte à vitória eleitoral de Barack Obama, Dmitri Medvedev, lamentando a política «arrogante e perigosa» dos Estados Unidos, admitiu que Moscovo contemplava instalar mísseis em Kaliningrado. Dias depois, o Presidente russo retomava o léxico da cooperação bilateral. Mas, para a Administração Obama, um sinal inequívoco tinha sido transmitido.

Este artigo pretende avaliar a política externa americana em relação a uma Rússia crescentemente beligerante. Depois de analisar a grande estratégia traçada por Vladimir Putin, far-se-á uma abordagem das alternativas propostas por Barack Obama e John McCain durante a recente campanha presidencial. Apesar de triunfante, a orientação de Obama assenta em premissas que, na melhor das hipóteses, são excessivamente optimistas quanto ao expectável comportamento futuro de Moscovo.

A POLÍTICA EXTERNA DE PUTIN

Se é verdade que existem numerosas incógnitas na política externa russa, é igualmente verdade que Medvedev partilha a prioridade estratégica que orientou a presidência de Vladimir Putin: o regresso do país à cena internacional com o estatuto e o poder inerentes a uma grande potência. Putin reconhece que uma Rússia poderosa ameaça a hegemonia americana e que o poder da Rússia só será sustentável se o predomínio de Washington for substituído por um sistema multipolar, ou seja, se o poder internacional for diluído em vários pólos.

Humilhada pelo desenrolar dos acontecimentos do pós-Guerra Fria, a Rússia, ao pretender recuperar o seu lugar entre as grandes potências, optou por uma política externa que a coloca em rota de colisão com Washington. Até porque a crescente importância do país como fornecedor de energia implica, a prazo, mudanças profundas nas cartas geopolíticas europeia e asiática. Essas mudanças, por sua vez, obrigam à reconfiguração do papel dos Estados Unidos nestas regiões. Barack Obama terá, por isso, de definir uma nova política russa e de abandonar os objectivos traçados pelo *engagement*

seguido por Bill Clinton e George W. Bush. Com o desmantelamento da democracia russa, e com os sectores-chave da economia novamente sob o domínio do Kremlin, torna-se patente que fracassaram os objectivos estratégicos traçados por sucessivas administrações americanas.

Assente em dois pólos regionais – o europeu e o asiático –, a estratégia contra-hegémica traçada pelo Presidente Putin ganhou consistência quando, em resposta às manobras diplomáticas americanas que abriam caminho à invasão do Iraque, Moscovo aderiu à «aliança antiguerra» que juntou a China, a França e a Alemanha. Esta coligação casuística e precária entre potências unidas no seu repúdio do «mundo unipolar» evidenciava como era possível conjugar os pólos asiático e europeu da grande estratégia russa. A convergência entre Putin e os seus homólogos francês, alemão e chinês relativamente à questão do uso da força no Iraque confirmava que, em determinadas questões de segurança, Moscovo, recorrendo a uma diplomacia tão criativa quanto ousada, poderia agudizar as clivagens que atravessam a comunidade transatlântica. Dado que a afirmação da Rússia como grande potência passava (e passa) pela quebra da coesão política no interior da comunidade transatlântica, o Kremlin tinha todo o interesse em promover brechas entre americanos e europeus. Mesmo que conjunturais, essas diferenças fragilizavam Washington politicamente e, por isso, traziam inegáveis vantagens para a diplomacia moscovita.

A vertente asiática da grande estratégia de Putin centra-se, simultaneamente, na China e nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central⁵. Dependentes da exportação de petróleo e de gás natural, estas últimas, ligadas a Moscovo pelas infra-estruturas construídas durante o período soviético, revelam debilidades que os homens de Putin não resistem em explorar. Para manter esses países dentro da sua órbita de influência, o Kremlin promove a construção de alianças militares e, não menos importante, reforça o seu controlo dos pipelines que escoam a produção energética dos países da região para os mercados internacionais. Assim, através da dependência económica dos países do «estrangeiro próximo» em relação às infra-estruturas e mercado russo, Moscovo tutela as opções políticas da região.

Putin conseguiu recuperar grande parte da influência que durante décadas o seu país exerceu na Ásia Central. Mas qualquer tentativa de equilibrar os Estados Unidos na Ásia passa, obrigatoriamente, por um entendimento estratégico com a China. Várias razões explicam esta necessidade. Primeira, Moscovo não dispõe de recursos políticos e financeiros suficientes para poder agir sozinha. Segunda, os dirigentes russos não ignoram que a China passou a disputar influência com Moscovo nas repúblicas da Ásia Central, pelo que a cooperação sino-russa deve ser entendida como um veículo para condicionar a influência de Pequim. Terceira, a dependência energética das repúblicas da Ásia

ATRAVÉS DA DEPENDÊNCIA ECONÓMICA DOS
PAÍSES DO «ESTRANGEIRO PRÓXIMO» EM RELAÇÃO
ÀS INFRA-ESTRUTURAS E MERCADO RUSSO,
MOSCOVO TUTELA AS OPÇÕES
POLÍTICAS DA REGIÃO.

Central relativamente ao Kremlin leva-as a procurarem entendimentos energéticos com Pequim de forma a encontrarem alternativas aos pipelines russos. Quarta, a Organização de Cooperação de Xangai aponta no sentido de se estar a construir um mecanismo para limitar a influência dos Estados Unidos e dos seus mais importantes aliados regionais, incluindo o Japão e a Coreia do Sul.

A ironia da grande estratégia esboçada por Vladimir Putin reside, portanto, no seguinte: para equilibrar os Estados Unidos, a Rússia corre o risco de reforçar a China ao ponto de esta se transformar num poderoso adversário estratégico na Ásia Central. Quanto à dimensão europeia da estratégia, as tentativas de dividir a União Europeia (UE) e as pressões exercidas no «estrangeiro próximo» são eficazes se não provocarem iniciativas políticas (por exemplo, alargar a NATO) que acentuam a fragilidade da Rússia na região. Não é, pois, líquido que a estratégia de Putin seja bem-sucedida. O seu desfecho dependerá das reacções dos países europeus, e da sua determinação em fazer frente a um comportamento externo russo crescentemente beligerante.

A «crise do gás» de Dezembro de 2005, suscitada pela tentativa da Rússia de coagir politicamente a Ucrânia através do aumento do preço do gás natural, tornou patente o revisionismo de Vladimir Putin. Dito de outra forma, tornou patente a decisão do Presidente russo de alterar o *status quo* regional (tanto na Europa, como na Ásia Central) desenhado por Boris Ieltsin aquando do desmantelamento da União Soviética. Determinado a utilizar os vastos recursos energéticos do país para se afirmar junto dos seus vizinhos, Putin demonstrou que deixara de contemplar a energia de acordo com critérios estritamente comerciais, passando a encará-la como um instrumento de natureza política. A «crise do gás» acabaria, pois, por revelar a vulnerabilidade da UE em relação aos fornecimentos de energia oriundos da Rússia e, ainda mais importante, apontou a falsidade das premissas subjacentes à política energética traçada pela UE e expressas na Carta Energética.

Insistindo na necessidade de restaurar o «orgulho» de um país «humilhado» após o desmoronamento da União Soviética – segundo Putin, «a maior catástrofe geopolítica do século XX» –, o Kremlin encetou um assalto às liberdades democráticas que emergiram dos escombros do poder soviético⁶. Este retrocesso autoritário de Putin permitiu-lhe mobilizar o aparato de segurança nacional para consolidar o seu domínio sobre o Estado. O esvaziamento das frágeis instituições democráticas e a centralização do poder obrigavam, por sua vez, à nacionalização dos sectores-chave da economia, a começar pelo energético. Foi justamente o domínio deste sector que colocou nas mãos do Kremlin os vastos recursos necessários para prosseguir os seus objectivos geopolíticos. O desmantelamento da democracia russa e a politização dos sectores-chave da economia não foram, portanto, acidentes de percurso que poderão ser corrigidos. São pressupostos que viabilizam a grande estratégia de Vladimir Putin.

O momento de viragem que torna a deriva autoritária de Putin irreversível ocorre em Outubro de 2003, quando Mikhail Khodorkovsky, CEO e maior accionista da Yukos,

é preso pelas autoridades federais. A detenção dá início ao célebre «caso Yukos», um processo que explicita a determinação de Putin em centralizar o poder económico nas mãos dos *siloviki* e expropriar os oligarcas que se recusaram a prestar vassalagem ao Presidente. Ao mesmo tempo, Putin, recorrendo aos «campeões nacionais» que ajudara a construir, promove a emergência de «novos oligarcas» leais ao Kremlin. Rapidamente se percebeu a razão que levou Putin a concentrar as suas atenções no sector energético: os gasodutos e oleodutos que atravessavam os antigos países comunistas passariam a ser os instrumentos estratégicos para o exercício do «poder energético» que o Kremlin visava maximizar para transformar a Rússia numa grande potência⁷.

A estatização do sector energético e o retrocesso democrático permitiram que Putin definisse uma política externa crescentemente afirmativa, marcada pela ingerência nos assuntos internos das ex-repúblicas soviéticas. São vários os exemplos da beligerância russa: a intromissão pública de Putin nas eleições presidenciais ucranianas de Dezembro de 2004, o «ciberataque» de 2007 contra a Estónia, as múltiplas ameaças à integridade territorial da Geórgia que precederam a invasão do país em Agosto de 2008. Ao mesmo tempo que aumentou a pressão junto dos antigos países comunistas, Putin sinalizou a intenção de intensificar uma ofensiva política contra Washington: admitiu anular o Tratado CFE assinado por Bush e Gorbachev em 1990, equacionou abandonar o Tratado FNI, ordenou patrulhamentos de bombardeiros de longo alcance no espaço aéreo da Aliança Atlântica e admitiu voltar a apontar ogivas nucleares às cidades europeias. Igualmente importante, as discórdias em volta do «escudo antimíssil», do reconhecimento da independência do Kosovo e da eventual adesão da Ucrânia e da Geórgia à NATO confirmavam que Moscovo pretendia estancar a sua perda de influência geopolítica⁸. A última, e mais perigosa, de muitas provocações – a investida de Agosto passado contra a Geórgia –, representa um culminar da lógica inerente à política externa de Putin e Medvedev. Por isso, não deve ser interpretada como um «caso excepcional» e muito menos se deve sugerir que Moscovo respondeu a uma agressão de Tbilissi.

Depois de anos de provocações, e de uma efectiva ocupação militar da Ossétia do Sul e da Abcásia, a Rússia consumou a esperada invasão da Geórgia⁹. Para justificar a agressão, acusou o Governo de Tbilissi,

que pretendia repor a soberania dentro do seu território, de ter iniciado as hostilidades. Durante meses, Mikhail Saakashvili avisou que a Rússia preparava a invasão do seu país. Em Abril, o contingente militar

DEPOIS DE ANOS DE PROVOCAÇÕES, E DE UMA EFECTIVA OCUPAÇÃO MILITAR DA OSSÉTIA DO SUL E DA ABCÁSIA, A RÚSSIA CONSUMOU A ESPERADA INVASÃO DA GEÓRGIA.

russo na Abcásia era reforçado e o aparato militar utilizado contra o Governo de Saakashvili há muito que estava mobilizado. Por outras palavras, tratou-se de uma invasão premeditada que versava vários objectivos estratégicos. Desde logo, Putin pretendia vergar um país determinado a escapar ao domínio moscovita. Mas também quis transmitir um aviso inequívoco aos restantes países do «estrangeiro próximo» que

contemplam uma maior aproximação ao Ocidente. Sinalizou que não aceita a independência real das antigas repúblicas da União Soviética e muito menos aceitará adesões futuras à NATO.

Perante tudo isto, a UE, mais uma vez, dividiu-se¹⁰. Antigos países comunistas como a Polónia, marcados pela memória da ocupação comunista, não hesitaram em expressar a sua solidariedade com Tbilissi. Reacções diferentes tiveram a Alemanha, a Itália e a França. Dependentes da energia russa, recomendaram a «moderação» e insinuaram que a responsabilidade pela crise cabia ao Presidente Saakashvili. Todavia, em Abril de 2008, mostraram-se relutantes em aceitar a entrada da Geórgia e da Ucrânia na Aliança Atlântica, um sinal que Moscovo interpretou como uma luz verde para avançar com a sua investida militar. Em contraste, Washington, depois de dias de desnorte, percebeu que era necessário dar uma resposta firme a fim de salvaguardar a credibilidade dos relacionamentos estratégicos construídos pelos Estados Unidos nos anos mais recentes. Porém, as opções de George W. Bush eram limitadas. Excluída a opção militar, restavam instrumentos diplomáticos impossíveis de accionar sem a concordância dos países europeus. Restava, através da assinatura imediata do acordo relativo ao escudo anti-míssil, dar um sinal de que as garantias proporcionadas a aliados como a Polónia são invioláveis.

OBAMA: A VIA TRIUNFANTE

Apesar de reconhecer que a Rússia se tornou mais assertiva, Barack Obama propõe continuar a estratégia de *engagement* prosseguida por Bill Clinton e George W. Bush¹¹. Evidentemente, a política russa delineada por Obama deve ser entendida como a consequência lógica da leitura que faz das ameaças existenciais que confrontam os Estados Unidos. Uma vez que o controlo e a proliferação de armas de destruição maciça ocupam o topo da hierarquia de ameaças de Obama, os seus receios quanto à segurança do arsenal nuclear russo (incluindo o problema dos *loose nukes*) moldam a abordagem do novo Presidente à Rússia. Sendo que a segurança das armas e do *know-how* nucleares tornam a cooperação entre Washington e Moscovo indispensável, Obama afirma que «sabemos que, neste momento, a Rússia não é nosso inimigo nem nosso aliado, e não devemos temer exigir mais democracia, transparência e abertura nesse país. Mas também sabemos que poderemos, e teremos, de trabalhar com a Rússia para garantir a segurança de todas as suas armas e stocks nucleares»¹².

Mas a relação com a Rússia não se reduz ao problema da segurança nuclear. Enquadra-se num objectivo mais ambicioso: a ambição de construir «um mundo livre de armas nucleares». Insistentemente afirmado durante a campanha, mas nunca delineado em termos concretos, este objectivo norteia as linhas mestras da política externa do novo Presidente. Por isso, o relacionamento com a Rússia assume uma dimensão decisiva na sua política externa. Sendo assim, torna-se possível antecipar algumas das prioridades da Administração Obama: reforçar os tratados versando limitações aos arma-

mentos nucleares, fortalecer as organizações multilaterais que possam integrar a Rússia no sistema internacional e consolidar os regimes internacionais de não proliferação. Porque Obama considera o sucesso neste campo como prioritário, os Estados Unidos, invariavelmente, terão de aceitar que, como moeda de troca, Moscovo exerça maior influência nas ex-repúblicas soviéticas da Europa e da Ásia Central. A Administração Obama corre, pois, o risco de traçar uma orientação semelhante à que era seguida pela Casa Branca nos anos de 1970, quando os objectivos dos Estados Unidos eram subordinados à formulação de acordos sobre o controlo de armamentos no âmbito da *détente*.

A preocupação de Obama com as armas nucleares levanta um conjunto de inquietações. Desde logo, para assegurar a cooperação de Moscovo no âmbito do controlo de armamentos, o novo Presidente poderá conceder um veto informal ao Kremlin quanto à expansão da NATO e quanto ao escudo antimíssil. Influentes sectores do Congresso americano interpretariam concessões deste teor como uma «capitulação», a mesma avaliação que invariavelmente seria feita pelos sectores mais revanchistas do Kremlin. Para as ex-repúblicas soviéticas que voltaram a olhar para Moscovo como uma ameaça, uma «capitulação» desta dimensão criaria enormes tensões no interior da UE e da NATO, assim encorajando o Kremlin a assumir posturas ainda mais beligerantes na região. Dito de outra forma, concessões excessivas teriam como consequência o aumento das desconfianças actualmente verificadas em países como a Polónia, a Estónia e a Lituânia relativamente às garantias de segurança proporcionadas pela NATO e pela UE. Mas, na óptica de Moscovo, a viabilização da «segurança nuclear» de Obama seria mais do que compensada pelo aumento de influência nos ex-países comunistas.

A política russa de Obama pode, também, limitar significativamente as opções de Washington relativamente ao Irão. À partida, a Rússia rejeitará o uso da força destinada a pôr fim ao programa nuclear de Teerão, até porque Moscovo tem apoiado, política e tecnicamente, o desenvolvimento desse programa. Para Obama, o dilema que invariavelmente se colocará reside no seguinte: como adoptar uma política global de não proliferação e, ao mesmo tempo, privilegiar o relacionamento com uma Rússia que visa maximizar os seus ganhos estratégicos através da cooperação nuclear com países como o Irão? Obama acredita que uma relação de cooperação com o Kremlin conceder-lhe a influência suficiente para levar os russos a travarem as ambições nucleares de Teerão. Resta saber se a convergência de interesses russos e iranianos não se sobrepõe à intenção de Obama de evitar a nuclearização de Teerão.

A POLÍTICA RUSSA DE OBAMA CONDICIONARÁ A SUA MARGEM DE MANOBRA RELATIVAMENTE ÀS EX-REPÚBLICAS SOVIÉTICAS QUE SE MANTÊM FORA DA ALIANÇA ATLÂNTICA E DA UE.

Talvez ainda mais crítico, a política russa de Obama condicionará a sua margem de manobra relativamente às ex-repúblicas soviéticas que se mantêm fora da Aliança Atlântica e da UE. Antes da invasão da Geórgia, Obama caracterizou as interferências do

Kremlin no «estrangeiro próximo» como *deeply troubling*¹³. Se é verdade que a actuação da Rússia nesta parte do mundo perturba Obama, é igualmente verdade que a necessidade de acautelar a cooperação dos homens do Kremlin impedi-lo-á de assumir uma postura mais robusta face às futuras ofensivas de Moscovo. Sendo assim, à luz da «fraqueza americana», é provável que o Kremlin seja encorajado a endurecer a sua postura relativamente aos governos de Tbilissi e Kiev. De qualquer modo, é de excluir que o Governo georgiano possa forçar a questão da soberania na Abcásia e na Ossétia do Sul a fim de obter uma clarificação quanto à adesão à Aliança Atlântica. Com Obama na Casa Branca, não é claro que, num cenário destes, os Estados Unidos continuariam a apoiar politicamente a Geórgia.

Quanto às ex-repúblicas da Ásia Central, Obama, ao afirmar que pretende dar prioridade à luta contra o terrorismo no Afeganistão, sinaliza que a região tornar-se-á o foco central da sua política externa. Se assim for, as ex-repúblicas soviéticas tornar-se-ão aliados indispensáveis. Mas, uma vez mais, a necessidade de fomentar a cooperação com Moscovo na esfera nuclear condicionará as opções de Washington junto dos países da Ásia Central. Estes, presos na teia de dependências traçada pelo Kremlin, terão menor margem de manobra para se aproximarem dos Estados Unidos. De qualquer forma, o verdadeiro problema de Obama reside na seguinte incógnita: estará a Rússia interessada em contribuir para a estabilização do Afeganistão e, por conseguinte, para a saída da NATO do pântano em que se encontra nesse país? Não é inteiramente claro que a resposta seja afirmativa, até porque as dificuldades da Aliança Atlântica no teatro das operações beneficiam Moscovo na medida em que a continuação dos combates tem provocado, e ameaça vir a agudizar, as divisões entre os aliados. Dito de outra forma, um fracasso no Afeganistão acabaria por minar a coesão da NATO e a sua capacidade (e vontade) de se expandir para a Ucrânia e a Geórgia. Deve, portanto, ser enorme a tentação do Kremlin em contribuir para o agudizar dos problemas com que a Aliança Atlântica se confronta naquela parte do mundo.

Outro paradoxo pode ser verificado na posição assumida por Obama em relação à erosão das liberdades na Rússia. Preocupado com a questão nuclear, Obama dificilmente adoptará uma linguagem mais contundente em relação ao colapso das reformas democráticas.

PREOCCUPADO COM A QUESTÃO NUCLEAR, OBAMA DIFICILMENTE ADOPTARÁ UMA LINGUAGEM MAIS CONTUNDENTE EM RELAÇÃO AO COLAPSO DAS REFORMAS DEMOCRÁTICAS.

Nada até agora indica que esteja preparado para sofrer a retaliação do Kremlin – isto é, para ver a sua desejada cooperação nuclear inviabilizada. Obama, em várias ocasiões, afirmou que «não devemos temer reclamar mais *democracia*» na

Rússia¹⁴. Mas, face ao retrocesso democrático da última década, não é evidente que tipo de iniciativas irá adoptar para conciliar a cooperação bilateral com a promoção da democracia. Previsivelmente, limitar-se-á a fazer suaves críticas ao Kremlin, acabando assim por minar a política de promoção da democracia que diz preconizar em países

como o Myanmar e o Zimbábue. Desta forma, assistirá à erosão da componente moral da sua política externa, essencial para a sua legitimação dentro e fora dos Estados Unidos.

Interessa também referir que ao dizer que Moscovo não é «nem um inimigo nem um aliado próximo», Obama recusa explicitar o entendimento que tem da Rússia, das prioridades e objectivos da política externa que preconiza¹⁵. A Rússia passa, pois, a habitar um terreno ambíguo: talvez seja um adversário estratégico, talvez seja um concorrente regional. Seja como for, porque não é ainda claro como o papel internacional da Rússia é entendido por Obama, torna-se impossível antecipar a formulação de uma política externa coerente. Eis um perigo que, por sua vez, pode trazer repercussões inesperadas para o relacionamento dos Estados Unidos com os seus aliados europeus e asiáticos.

MCCAIN: A VIA DERROTADA

Durante um dos debates televisivos realizados ao longo das infundáveis primárias, John McCain, aludindo à afirmação de Bush quanto à «alma» de Putin, afirmou ver nos olhos do Presidente russo «apenas três letras: KGB». Para além da alusão ao passado profissional de Putin, a referência aos serviços de espionagem soviéticos apontava para o perigo que representava a viragem feita por Putin na política externa. Ao invocar o KGB, McCain sugeria que a linha de Putin em política externa reintroduzia ecos da era soviética. Por outro lado, salientava que, no consulado de Putin, o aparato de segurança passou a dominar o aparelho de Estado, e desenvolveu a ideologia nacional-revanchista utilizada para justificar a nova beligerância de Moscovo.

Em contraste com as ambiguidades de Obama, McCain caracterizou o regime de Putin como autocrático¹⁶, acrescentando que «não é possível separar o carácter da política externa russa do assalto às liberdades fundamentais na Rússia, porque ambas surgem da mesma fonte»¹⁷. Porque McCain aceitava que a natureza de um regime largamente determina a natureza da sua política externa, concluía que uma Rússia autocrática será, invariavelmente, uma potência expansionista e agressiva, particularmente nas suas relações com as ex-repúblicas soviéticas. Sendo assim, o fim da beligerância russa pressupõe a democratização do país, ou seja, pela inversão do rumo traçado por Putin (e continuado por Medvedev) ao longo dos anos mais recentes. No entanto, mantinha que a democracia foi apenas «temporariamente reprimida» no país, pelo que, em breve, o caminho da democracia voltará a ser trilhado¹⁸. A partir desta avaliação, argumentava que cabe aos Estados Unidos auxiliarem o regresso à democracia na Rússia e, como corolário, a uma política externa mais benigna.

A relevância desta leitura reside na centralidade atribuída à paz interdemocrática, isto é, à noção kantiana de que as democracias não fazem a guerra entre si. McCain, em suma, acreditava na democratização como veículo para construir uma ordem internacional mais pacífica. Dito de forma simples, a democratização seria, na perspectiva de

McCain (e George W. Bush), um meio para aumentar a segurança nacional dos Estados Unidos. A importância que atribui à democratização e a desconfiança que manifestou relativamente ao Kremlin levaram McCain (e Obama) a defender o alargamento da NATO à Ucrânia e à Geórgia e justificaram a proposta do candidato republicano sobre a criação de uma Liga das Democracias. Sendo que um dos objectivos da Liga seria o fomentar de transições democráticas em países como a Geórgia e a Moldávia, as intromissões de Moscovo nos assuntos internos destes e doutros estados previsivelmente dariam origem a mais focos de tensão entre Washington e Moscovo (e, também, entre a UE e os Estados Unidos). Obama, ciente destes perigos, mostra-se mais céptico em relação a esta solução, insistindo na necessidade de aumentar a eficácia das instituições multilaterais já existentes.

A ênfase que coloca na democracia levou John McCain a defender a exclusão da Rússia do G8, argumentando que se trata de um fórum de países democráticos, onde, evidentemente, a Rússia deixou de ter lugar¹⁹. A proposta partia da convicção de que os interesses do regime autocrático russo terão de ser confrontados, que Washington não pode permitir que a Rússia permaneça em *fora* internacionais para os quais foi convidada quando ainda pretendia consolidar a democracia. Dito de forma diferente, McCain sugeriu que os Estados Unidos deviam fazer com que o Kremlin pagasse um preço pelas escolhas feitas em política externa. Havia, nesta postura, um eco de George Kennan e, mais obviamente, da abordagem seguida por Ronald Reagan quando optou pela Iniciativa de Defesa Estratégica. Na medida em que dificultaria a sua inserção na economia internacional e em que sinalizaria um aumento do risco para os investidores, o afastamento da Rússia do G8 traria custos elevados à Rússia.

Obama rejeita a expulsão da Rússia do G8, considerando que seria um passo contra-productivo na medida em que reduziria a influência dos Estados Unidos, particularmente quanto à possibilidade de auxiliar os activistas democráticos no interior da Rússia. McCain, por sua vez, insistiu que essa influência em pouco ou nada tinha contribuído para evitar a erosão da democracia e, portanto, passava a ser necessário aumentar os custos do assalto às liberdades conduzido pelos homens do Kremlin. Ambos podem ter razão: as conclusões, tanto de Obama como de McCain, são aceitáveis se o problema do G8 for visto isoladamente, isto é, como uma medida separada das restantes componentes da política americana em relação à Rússia.

Quanto ao teatro europeu, McCain argumentou que a Rússia lançou o «desafio mais directo» à segurança transatlântica desde o fim da Guerra Fria quando voltou a apontar as suas armas nucleares contra as cidades europeias e quando se opôs à independência do Kosovo. Esta leitura do comportamento russo na Europa levou-o a concluir que a relação transatlântica necessitava de ser «renovada e revitalizada»²⁰. Acrescenta-se que o candidato derrotado considerava que a Europa teria de definir uma estratégia energética global (uma política energética comum) para diminuir a capacidade da Rússia para influenciar os acontecimentos políticos no continente.

Se é verdade que McCain preconizou o endurecimento da posição de Washington relativamente a Moscovo, é igualmente verdade que advogava um relacionamento cooperativo na esfera da segurança, particularmente no que diz respeito às questões de redução e controlo de armamentos e à não proliferação. A diferença entre McCain e Obama é, na prática, uma divergência em volta da leitura que fazem quanto às intenções das elites russas. Perante a evidência dos factos, Obama mantém um optimismo que McCain abandonou há algum tempo.

A DIFERENÇA ENTRE MCCAIN E OBAMA É, NA PRÁTICA, UMA DIVERGÊNCIA EM VOLTA DA LEITURA QUE FAZEM QUANTO ÀS INTENÇÕES DAS ELITES RUSSAS.

CONCLUSÃO

Visto de Moscovo, o resultado da eleição presidencial de Novembro saldou-se por um desfecho favorável. Obama – ao contrário de McCain – mostrou-se consideravelmente mais «moderado» em relação à actuação de Putin, particularmente nos dias que se seguiram à invasão da Geórgia. A preferência do Kremlin por Obama foi traduzida numa afirmação reveladora feita por Dmitri Medvedev quando disse pretender trabalhar com um «líder moderno» e não com alguém «cujos olhos estejam virados para o passado»²¹. Mesmo assim, avaliando pelas afirmações feitas no dia seguinte à eleição de Obama, parece que Medvedev permanece céptico quanto à possibilidade de se construir uma relação mais cooperativa com a Casa Branca.

George Kennan atribuía o expansionismo soviético à conjugação da ideologia marxista-leninista e às circunstâncias da Rússia, ou seja, à ideologia e ao legado imperial russo. Para todos os efeitos, Putin recuperou a tradição imperial expansionista, o que seria menos grave se a Rússia preservasse o seu regime democrático, assim impossibilitando o ressurgimento de uma ideologia nacionalista capaz de legitimar a crescente beligerância externa. Mas a erosão da democracia russa tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de uma ideologia neoczarista que se tornou dominante junto das elites políticas. Trata-se, é certo, de uma resposta a uma suposta «humilhação» da Rússia no pós-Guerra Fria. Mas nem por isso deixa de ser mais perigosa.

Ao longo dos anos mais recentes, Moscovo definiu uma política externa revanchista no chamado «estrangeiro próximo», onde visa, muito simplesmente, consolidar a sua esfera de influência no espaço da antiga União Soviética. As pressões energéticas na Ásia Central, a ingerência directa de Putin nas eleições ucranianas de 2004, o atentado contra a vida de Viktor Yushchenko, o ciberataque de 2007 contra a Estónia e as violações sistemáticas do espaço aéreo lituano são apenas alguns exemplos da beligerância russa. Na Geórgia, fez uma afirmação geopolítica que terá implicações profundas e duradouras.

Barack Obama inicia o seu mandato numa conjuntura repleta de desafios complexos. As respostas que irá dar aos problemas internacionais serão determinantes para a ordem

internacional que se começa a vislumbrar. Toma posse como presidente numa altura em que parece existir um novo optimismo em relação aos Estados Unidos e em que Washington parece beneficiar de um capital de esperança que poderá aumentar a sua margem de manobra internacional. No entanto, a política externa delineada por Putin e continuada por Medvedev pauta-se por considerações de poder que facilmente resistem à esperança e às boas intenções. Mais tarde ou mais cedo, Obama terá de concluir que Moscovo traçou um rumo que colide com os interesses fundamentais de Washington. Nessa altura, aproximar-se-á da abordagem estratégica que John McCain defendeu durante a recente campanha presidencial. **RI**

NOTAS

- 1 «Press conference by President Bush and Russian Federation President Putin», 16 de Junho de 2001. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/06/20010618.html>.
- 2 BUSH, George – «The National Security Strategy of the United States of America». White House, Setembro de 2002, p. 13. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>. A melhor análise da ESN pode ser encontrada em KAUFMAN, Robert G. – *Defense of the Bush Doctrine*. Lexington: University Press of Kentucky, 2007. Também: RATO, Vasco – «Striking first: the use of force in Post-Cold War American foreign policy». In *IPRI Working Paper 14*, 2005. Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/WP_14_VR.pdf.
- 3 As linhas mestras da política externa russa pós-Iraque tornam-se iam claras durante a 43.^a Conferência de Munique sobre Segurança, em 2007. O discurso de Putin pode ser encontrado em <http://www.securityconference.de/konferenzen/rede.php?sprache=en&id=179>.
- 4 Um exemplo recente desta perspectiva é LUCAS, Edward – *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West*. Nova York: Macmillan, 2008.
- 5 Sobre estas questões, cf. RASHID, Ahmed – *Descent into Chaos: The United States and the Failure of Nation Building in Pakistan, Afghanistan, and Central Asia*. Nova York: Viking, 2008.
- 6 Cf. TRENIN, Dmitri – *Getting Russia Right*. Washington: Carnegie Endowment, 2007.
- 7 Sobre estas questões, cf. GOLDMAN, Marshall I. – *Petrostate: Putin, Power, and the New Russia*. Nova York: Oxford University Press, 2008.
- 8 Quanto ao escudo antimíssil, McCain considerava tratar-se de uma necessidade para proteger os EUA e os aliados contra eventuais ataques iranianos. Obama, por sua vez, afirmou que George W. Bush estava a ser prematuro ao colocar no terreno uma tecnologia que ainda não deu provas de operacionalidade. Ambos apoiam o alargamento da NATO à Geórgia e à Ucrânia.
- 9 Sobre as consequências da invasão da Geórgia: KING, Charles – «The Five-Day War». In *Foreign Affairs*. Vol. 87, N.º 6, Novembro-Dezembro de 2008, pp. 2-11, e SESTANOVICH, Stephen – «What has Moscow done?». In *Foreign Affairs*. Vol. 87, N.º 6, Novembro-Dezembro de 2008, pp. 12-28.
- 10 Cf. KRASTEVA, Ivan – «Russia and the European order». In *The American Interest*. Vol. 4, N.º 2, Dezembro de 2008, pp. 16-24.
- 11 Algumas das posições de Barack Obama em política externa podem ser consultadas em OBAMA, Barack – *Change We Can Believe In: Barack Obama's Plan to Renew America's Promise*. Nova York: Three Rivers Press, 2008.
- 12 «Remarks of Senator Barack Obama to the Chicago Council on Global Affairs – April 23, 2007». Disponível em: http://www.thechicagocouncil.org/dynamic_page.php?id=64.
- 13 OBAMA, Barack – «Statement of Senator Obama on Georgia's territorial integrity and sovereignty», 21 de Abril de 2008. Disponível em: http://www.barackobama.com/2008/04/21/statement_of_senator_obama_on.php.
- 14 OBAMA, Barack – «The American moment: remarks to the Chicago Council on Global Affairs», 23 de Abril de 2007. Disponível em: http://www.thechicagocouncil.org/dynamic_page.php?id=64.
- 15 *Ibidem*.
- 16 MCCAIN, John – «McCain Remarks». Hoover Institution, 1 de Maio de 2007. Disponível em: http://media.hoover.org/documents/McCain_05-01-07.pdf.
- 17 MCCAIN, John – «Why we must be firm with Moscow». In *Financial Times*, 13 de Junho de 2007. Disponível em: <http://www.charter97.org/eng/news/2007/06/13/mak>. Note-se que a palavra *source* faz alusão ao célebre artigo de George Kennan, «The sources of Soviet conduct», publicado pela *Foreign Affairs*, em 1947, que marca o início da estratégia de *containment*.
- 18 MCCAIN, John – «America must be a good role model». In *Financial Times*, 18 de Março de 2008. Disponível em: http://www.cagop.org/index.cfm/in-case-you-missed-it_400.htm.
- 19 Cf. <http://www.reuters.com/article/politicsNews/idUSN15369620071015?feedType=RSS&feedName=politicsNews&rpc=22&s.p=true>.
- 20 MCCAIN, John – «America must be a good role model». In *Financial Times*, 18 de Março de 2008. Disponível em: http://www.cagop.org/index.cfm/in-case-you-missed-it_400.htm.
- 21 Declarações feitas a 26 de Fevereiro de 2008, disponíveis em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601087&sid=a2ToncY6Gkjl&refer=hom>.